

PRÓLOGO

As cidades, o consumo e o crescimento de soma zero

Horacio Capel

Universidade de Barcelona

Este livro oferece mais do que anuncia o seu título. Permite aproximar-se das transformações por que passam o Rio de Janeiro e seu porto, mas também as do espaço urbano em geral e da realidade concreta das metamorfoses que se estão produzindo nas grandes metrópoles e nas áreas portuárias. É o resultado de extensiva leitura de procedência muito diversa, que dá um bom panorama dos argumentos utilizados atualmente no campo da crítica urbana; constitui um estímulo para se pôr em contato com novas linhas de reflexão sobre a cidade atual e sobre as mudanças que vêm sendo produzidas na economia e na geografia do capitalismo. O leitor encontrará inúmeras sugestões que podem levá-lo a transitar por novos caminhos, a olhar por trás das aparências, para além dos simulacros, e a perguntar-se se essas aparências são mais ou menos verdadeiras que a mesma realidade que refletem.

Algumas partes requerem um esforço especial, pois põem o leitor em contato com debates abstratos que têm hoje grande transcendência nas ciências sociais. Porém outras são de fácil leitura e de grande interesse para os

cidadãos do Rio de Janeiro e do Brasil, assim como para todos os interessados pelas transformações nas cidades. Encontrar-se-á aqui não apenas uma boa apresentação da evolução do porto do Rio e da cidade e área metropolitana, mas também uma boa síntese dos trabalhos mais recentes das ciências sociais acerca da evolução do capitalismo e uma reflexão pessoal a partir de tudo isso. Talvez os geógrafos e os cientistas sociais que se interessam pelo estado dos debates optem por iniciar a leitura pelo primeiro capítulo. Mas é possível que o cidadão carioca interessado em sua cidade prefira começar em sentido inverso, pelo último capítulo, que se refere às transformações recentes do Rio de Janeiro e de seu porto, finalizando a leitura e pondo-se em contato com os debates teóricos que serviram de guia para a redação da obra.

A evolução do capitalismo e os desafios para o futuro

Este prólogo deveria dizer algo sobre as diversas dimensões do livro e, para começar, sobre os debates teóricos acerca da evolução do capitalismo e sobre as reflexões pessoais que o autor efetua a partir de amplas leituras que tem realizado. Ainda que não deva estender-me muito, não quero deixar de apresentar minha própria reflexão.

Alvaro Ferreira demonstra a preocupação de inserir sua investigação em um marco teórico adequado, e explorou, nesse sentido, as contribuições do marxismo de maneira imaginativa e não dogmática. Faz parte de um grupo de geógrafos brasileiros que tem tomado como ponto de partida a obra de Milton Santos, de David Harvey e de outros geógrafos, e que tem explorado as implicações da reflexão do filósofo marxista Henri Lefebvre, contribuindo para o enriquecimento de seus temas de pesquisa e da maneira como os aborda. O esforço de leitura que realizou ultrapassa amplamente o marco disciplinar e se estende à sociologia, à economia, à semiótica e ao conjunto das ciências sociais, explorando sem complexos as áreas em que acredita encontrar novas perguntas e enfoques inovadores para pôr-se frente a eles.

Lefebvre e outros que realizaram um grande esforço para repensar a sociedade capitalista nos anos de 1960 e 1970 seguem sendo autores que devem ter-se em conta para pensar sobre a sociedade atual. Entretanto, evidentemente, não bastam. Muitas coisas têm mudado nestes quarenta ou cinquenta anos, desde a organização empresarial, as tecnologias de informação e comunica-

ção, as funções atribuídas à escola e à universidade, o papel do consumo ou a vida cotidiana; houve também profundas mudanças na política e geopolítica mundial, por exemplo, com as grandes transformações que ocorreram após o colapso do comunismo e da própria URSS, as mudanças na China e a ascensão de novas potências. Isso nos obriga a realizar leituras críticas dos autores que escreveram há duas ou três décadas e a aproveitar, de forma não dogmática, como eles o fizeram, as vias que abriram ao pensamento social autores como Lefebvre, Goldman, Habermas e tantos outros.

O livro destaca as mudanças nos sistemas produtivos e suas consequências espaciais e olha para o futuro tentando discernir os caminhos que se apresentam e ver quais seriam os mais aconselháveis a seguir. Alvaro Ferreira, como outros geógrafos, ressalta a importância da reflexão sobre o espaço e seu papel central para o desenvolvimento das relações sociais. Isso impõe a necessidade de pesquisas sobre o valor do solo, o papel da propriedade, da mais-valia, a atribuição de valor ao espaço e o conhecimento dos agentes que nele intervêm, de seus interesses e estratégias.

O autor se empenha em desvelar as novas lógicas espaciais da atual fase do capitalismo, com o exemplo concreto da evolução produtiva no Rio de Janeiro ao longo do século XX. É uma banalidade dizer que estamos em um momento de mudanças muito intensas; porém, não o é afirmar que tais mudanças nos obrigam a observar atentamente a realidade, a sociedade atual e as possibilidades que se abrem: possibilidades novas de dominação (vídeovigilância, computadores potentes...), mas também de interação social e de novas dialéticas, como a Web 2.0, a ciência solidária, as formas inéditas de participação.

Uma questão importante é a urgente necessidade de reduzir o consumo compulsivo e o desperdício. Há razões ambientais e éticas para isso, mas há também razões políticas. Esse desperdício liga-se, essencialmente, com a lógica do capital para obter benefícios; a difusão do consumo é parte de sua estratégia, bem como, mais recentemente, o é a segmentação do mercado, a atribuição de valores, a pressão da moda e o caráter efêmero dos objetos consumidos.

A economia de consumo, em que estamos imersos, influencia-nos mais do que pensamos. Uma economia em que o essencial é produzir, e produzir para obter constantes benefícios. Ainda que atualmente se possa produzir com alta qualidade, preferem fazê-lo – ou suspeitamos que se faça – com muito menos, para assegurar a necessidade de reposição das mercadorias. Percebemos, nos produtos de vestuário, que estragam com pouco tempo de uso, quando poderiam durar

anos. O tipo de consumo que se faz, os mesmos produtos que são consumidos, representam, como aponta este livro, “uma fábrica de identidades em um mundo homogeneizado”. São adquiridos e repostos constantemente produtos com um ciclo de vida cada vez mais curto, como característica de singularidade.

É possível que haja formas radicais para mudar o sistema econômico dominante. Porém, enquanto se discute e elas não chegam, talvez haja alguns caminhos que, para começar, podem ser verdadeiramente revolucionários: por exemplo, um deles, negar-se a entrar na sociedade de consumo, consumir com moderação, e somente o de fato necessário, não se deixar influenciar pela publicidade, pelo *marketing* e pelas campanhas de imagens. Pode-se dizer que o consumidor, e especialmente o consumidor compulsivo, é o principal aliado do capitalismo. Portanto, a redução do consumo põe em xeque os mesmos fundamentos do sistema econômico capitalista. Se a publicidade, como se assinala nesta obra, manipula os desejos, os gostos, as imagens e a identidade das pessoas, é evidente que se deve lutar contra ela.

Ao que se pode acrescentar outras formas de luta contra a lógica do sistema capitalista: entre os quais a solidariedade e a cooperação entre os cidadãos. Se assim é, temos que promovê-las, aproveitando os instrumentos que temos hoje à nossa disposição para a comunicação e o intercâmbio de informações.

Estamos em uma sociedade que oferece novas possibilidades de liberdade, mas também de controle, através das videocâmaras, dos satélites, dos rastros eletrônicos que deixamos nos *sites* que consultamos na internet. Seguramente, nem tudo é negativo, mas há necessidade de um meio-termo entre segurança e liberdade, entre videovigilância e privacidade. E exigência de afirmar a liberdade individual, ainda que aceitando códigos de conduta socialmente consensuais; e afirmando que deve haver limites a essa liberdade, os quais se referem às consequências sociais de nossos atos. Talvez seja o momento de começar a discutir, por exemplo, se aquele que faz uso da prostituição, torna-se também cúmplice da rede de tráfico de mulheres, e se o que consome drogas é cúmplice dos traficantes e de todo dano que produzem.

Não pode haver aumento contínuo e ilimitado no consumo de bens e no crescimento econômico. É curioso que diante da crise atual se diga insistentemente que é necessário estimular o consumo e o crescimento. Todavia, essa parada no crescimento, e inclusive seu decréscimo, é, em alguns aspectos, indispensável. O que é urgente é a necessidade de implementar políticas de redistribuição em escala mundial, de cada país e de cada cidade.

Uma das consequências mais negativas do capitalismo foi, certamente, a

imposição geral da ideia de crescimento contínuo. Isso é bom, sobretudo no que se refere às empresas. Mas, obviamente, com uma breve reflexão, percebe-se que o mundo não pode ter um crescimento ilimitado se consideramos que os recursos da Terra são limitados, e que, na escala do universo, deveríamos considerar a economia de nosso planeta como aquela que deve imperar em uma espécie de nave espacial, como já o sugeriu Kenneth E. Boulding há mais de quarenta anos; ou seja, no que se refere aos recursos e aos bens materiais, como um sistema fechado, sem reservas ilimitadas para a extração ou a contaminação, e onde os resíduos devem ser reciclados. Partindo disso, o consumo crescente não é algo bom e deve ser minimizado, em vez de maximizado.

É evidente que nos países desenvolvidos, e nos grupos sociais endinheirados de todos os países, o consumo não deve seguir aumentando. Ao contrário, deveria ser limitado e diminuir, para realizar uma melhor redistribuição entre toda a população. Não é possível imaginar que todos os habitantes da Terra possam viver com os níveis de vida dos países mais desenvolvidos. É necessário pensar em estabilidade e no decréscimo em algumas áreas, para que outras possam crescer. Na atual situação do mundo, talvez fosse importante considerar o desenvolvimento da economia como um processo de soma zero, no qual perdas e ganhos se equilibram: o que se ganha por um lado há de vir do que se perde em outros. Em escala mundial, a soma do total de ganhos e perdas deveria ser equilibrada: alguns países deveriam crescer a custo da diminuição do padrão de vida da população dos países desenvolvidos, que, muitas vezes, desperdiçam e consomem acima de suas necessidades. E, no interior de cada país, os grupos pobres deveriam melhorar de situação com a redistribuição do que possuem os ricos. O que pode – e deve – ser feito com sistemas fiscais progressivos.

A evolução do Rio de Janeiro

Certamente devemos pensar da mesma maneira com relação à situação das cidades, que têm às vezes imensos contrastes entre a população de determinadas áreas e de outras. O autor deste livro fala desses contrastes ao apresentar o panorama urbano do mundo atual e, mais especificamente, da situação do Rio de Janeiro. Afirma que isso se dá também devido às decisões e aos investimentos que consolidam a segregação na cidade, já que frequentemente dirigem-se às populações de renda maiores e aos turistas.

O resultado é a dualidade entre bairros de classe média e alta, por um lado, com boas moradias e investimentos em infraestrutura e equipamentos; e, por outro, bairros populares, às vezes de autoconstrução, com moradias de menor qualidade e muitas vezes precárias. Também sucede assim no Rio de Janeiro. O mais doloroso é a contraposição entre lançamentos de alto luxo e favelas periféricas e com infraestruturas e equipamentos muito inferiores; por vezes longe, por outras, próximos e separados por muros.

O mundo da aquisição contínua de mercadorias, que assegura a reprodução do capital, reflete-se também na construção da cidade. Nada antigo parece servir, e acabam sendo considerados obsoletos, palavra que os arquitetos e promotores imobiliários gostam de repetir para justificar a destruição de velhos edifícios, de antigas fábricas, de moradias com duas ou três décadas de antiguidade. Para eles, a destruição e a *tabula rasa* parecem constituir o ideal, para poder construir edifícios totalmente novos, com os quais ganharão dinheiro e prestígio.

Revitalização e renovação são palavras – e políticas – que produzem às vezes inquietações, já que significam, frequentemente, destruir e reconstruir. É claro que tais destruições ou renovações beneficiam as construtoras, os engenheiros, os arquitetos e os políticos, que inauguram e obtêm financiamento. Todavia, nem sempre contribuem para a melhoria da vida de todos os cidadãos.

Nessas políticas, frequentemente se esquece da construção de moradias para grupos populares, ao mesmo tempo em que se atende à demanda solvente, às classes média e alta, que se beneficiam das localizações centrais ou litorâneas dos novos edifícios. É o que pode ser visto no funcionamento do mercado imobiliário do Rio, com a intervenção do capital brasileiro e internacional. Os negócios imobiliários em diversos setores da cidade, entre eles a Barra da Tijuca, as altas vertiginosas nos preços dos apartamentos e os lucros dos promotores são prova disso.

É perturbador comprovar que os valores do solo expulsam cada vez mais a população das áreas que adquirem nova centralidade e valor, como acontece repetidamente em várias cidades, e também no Rio. Segundo os discursos dominantes, com os investimentos públicos e privados, nacionais e internacionais, objetiva-se também colocar a cidade no cenário internacional, torná-la competitiva, melhorar sua imagem para atrair investimentos. Quer dizer, transformar a cidade em uma mercadoria para ser vendida nos mercados mundiais e não para o uso de seus habitantes. Simultaneamente, são feitos esforços para torná-la atraente para o capital internacional, com

isenção de impostos, créditos, construção de infraestruturas, auxílio ao investimento e redução de custos.

No livro se analisa e se faz uma crítica acerca do rendimento que se espera obter com os Certificados de Potencial Adicional de Construção, que preveem, inclusive, a construção de edifícios de 50 andares e que permitem obter elevados ganhos com o solo da zona portuária e a área circundante; além disso, o autor examina também os incentivos fiscais previstos pela administração municipal para estimular a atuação imobiliária naquele setor.

O Rio foi capaz de superar o desafio da transferência da capital para Brasília em 1960. Mas a mudança levou à transferência de instituições e de pessoas e ao esvaziamento de edifícios e de áreas centrais da urbe. A área central carioca, que havia sido remodelada com a Reforma Pereira Passos no começo do século XX, mantém-se como sede terciária. Mas surgem outras centralidades, assim como acontece em outras grandes áreas metropolitanas. Várias sedes são transferidas do centro para a Barra da Tijuca, novo centro empresarial do Rio, que dispõe de edifícios com toda infraestrutura indispensável para as necessidades atuais de gestão e comunicação, insuficientes, às vezes, nos edifícios do centro tradicional, construídos na primeira metade do século XX. O centro tradicional do Rio perde sedes sociais, que se deslocam para a Barra da Tijuca, mas adquire outras funções: culturais, universitárias, residenciais. Entretanto, a Barra da Tijuca, que nasceu como área residencial de classes média e alta, converte-se em centro terciário de negócios, já que pode oferecer grande variedade de serviços atrativos para as sedes sociais. As mudanças recentes no Rio têm provocado numerosas refuncionalizações dos edifícios, indústrias convertidas em centros comerciais ou culturais, lojas nas novas áreas de consumo que se intenta promover.

O livro apresenta muito bem as mudanças nas estruturas portuárias mundiais e o exemplo do Rio. O porto do Rio aproveita as esplêndidas condições naturais da Baía de Guanabara, mas é também uma construção humana, está humanamente modificado, com assoreamento, infraestruturas e edifícios, e com o desenvolvimento industrial ligado ao porto, nos bairros do Caju e São Cristóvão. As modificações do tráfego marítimo, o aumento na capacidade dos barcos, a ampliação do transporte em contêineres e a melhoria no tratamento das cargas têm levado à transformação dos velhos portos que tinham uma posição central dentro das cidades.

No Rio optou-se pela transformação do velho porto com obras de renovação e revitalização urbana, aproveitando o espaço existente e dando novos usos aos edifícios, às vezes de grande valor patrimonial. Em todas as cidades

se coloca o problema do velho e do novo; o que fazer com o velho, adaptá-lo ou destruí-lo. O mesmo sucede com os portos, agora que é preciso ampliá-los e fazer outros novos para adequá-los às novas formas de transporte.

Frequentemente as áreas portuárias têm sido mantidas, de certa maneira, separadas da cidade, ainda que em posições centrais. A remoção do porto é, sem dúvida, uma oportunidade para a cidade. As novas estruturas portuárias que têm sido criadas em locais afastados do velho centro contribuíram para que ele entre em decadência e abandono. É necessário aplicar políticas de transformação, mas há dúvidas sobre quais seriam as mais convenientes.

O problema é que, com frequência, esses espaços públicos portuários se convertem em usos terciários e residenciais, e que se faz em benefício ou com predomínio dos interesses privados. Usos para classes média e alta e para visitantes exteriores, turistas que utilizam os equipamentos comerciais, gastronômicos e culturais. Poderíamos pensar em usos produtivos e equipamentos para todas as pessoas e grupos populares, para a população que já reside e muitas vezes é ligada às atividades do porto (estivadores, pescadores, portuários, trabalhadores fabris). Se a pergunta é o que é melhor para os cidadãos, a resposta parece clara: é preciso mantê-los, contar com eles. Alguns desses projetos de transformação dos espaços portuários se convertem também em vastas operações imobiliárias. Não parecem boas decisões, se temos em conta os interesses de toda a população da cidade.

Dilemas e alternativas

Este livro é, em parte, uma síntese de trabalhos publicados e oferece, ao mesmo tempo, materiais de interesse sobre a evolução do Rio de Janeiro. Questiona os investimentos públicos para grandes projetos que beneficiam somente uma parte da população da cidade, mostra que a iniciativa privada busca geralmente benefícios a curto prazo e se despreocupa com as consequências a longo prazo de suas ações, que trata de atender à clientela mais solvente, sem pensar em toda a população. Questiona a utilidade e especialmente o rendimento social dos grandes investimentos públicos para a transformação dos velhos portos em áreas culturais e de serviços.

Se é certo que a ação pública facilita às vezes a atuação do capital, não podemos afirmar que isso sempre aconteça assim: depende da composição

dos governos nacionais, estaduais e municipais. Em todo caso, há mecanismos para que essas atuações públicas se façam em benefício da população, seja criando oportunidades para o emprego, seja buscando a construção de uma cidade mais justa e mais habitável.

O livro reflete bem os problemas, as dúvidas e as contradições enfrentadas pelos governos das cidades de hoje. Por um lado, lutando com outras cidades para atrair investimentos e captar riquezas. Por outro, tendo que atender às necessidades de suas próprias populações, melhorando seu nível de renda, esforçando-se para atrair capitais para criar empregos.

Aqui se apresentam esses dilemas a partir de uma posição crítica, de uma atitude ética, de solidariedade com os mais pobres, com os mais desvalidos. A construção de uma cidade mais equitativa e solidária necessita estudos críticos para o debate. O livro é, também, um bom ponto de partida para realizar novas leituras orientadas, e refletir sobre o Rio de Janeiro e a evolução das cidades em geral, para pensar no que se deve fazer.

O papel dos grandes eventos, como os Jogos Pan-americanos, a Copa do Mundo de Futebol de 2014 ou os Jogos Olímpicos de 2016 desviam, às vezes, a atenção a respeito dos principais desafios. Um pouco mais de moderação nos projetos seria desejável. Não são espetáculos, nem ócio, nem consumo custoso o que as cidades necessitam com urgência.

Importantes livros como este nos permitem e nos obrigam a ultrapassar o pensamento crítico e a pensar em alternativas concretas; a realizar propostas de ação com o exame dos dilemas existentes e de suas implicações. Às vezes, os acadêmicos estão mais motivados para fazer diagnósticos do que para produzir propostas concretas, como se vê em alguns dos autores citados neste livro. É um primeiro passo indispensável, mas temos de ir além. O livro mostra que as pressões da Academia e do movimento cidadão podem transformar e melhorar os projetos, o que se pode conseguir com mais participação. Temos que afirmar e demonstrar que isso é possível, com os estudos acadêmicos e com a atuação cívica. É importante a participação cidadã nos projetos que se realizam sobre a cidade.

As lutas sociais são muito importantes e a democracia local, também. Deve-se intensificar ou pôr em marcha a coordenação dos movimentos cidadãos e cívicos nas cidades, especialmente, e no caso do Rio, em cidades com grandes projetos. Necessita-se, assim, reforçar uma ciência solidária a serviço do debate e das propostas para a cidade. Os meios de comunicação disponíveis e a Web 2.0 o permitem.

Temos de olhar o mundo, ver o que se faz em outros lugares e as políticas aplicadas. Entretanto, é preciso ter em conta a própria realidade. Não seguir acriticamente modelos externos, mas partir do próprio lugar, das especificidades locais. O caminho parece claro, e passa, tanto para os acadêmicos, como para os cidadãos em geral, pelo contato com a realidade social, a informação, a investigação e o estudo, o compromisso e a participação.

Horacio Capel